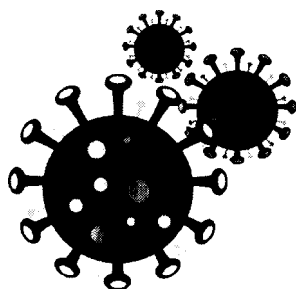


Gil Ferreira de Mesquita
Jonatan de Jesus Oliveira Alves
Coordenadores

Autores

Adriano Fernandes Faria
Alexandre Luiz Bernardi Rossi
Ana Flávia Alves Canuto Veloso
Anderson Rosa Vaz
Antônio Augusto Bizinoto de Oliveira
Gabriel Oliveira de Aguiar Borges
Gil Ferreira de Mesquita
Helen Correa Solis Neves
Jessé Fialho Martins
Jonatan de Jesus Oliveira Alves
Jorge Luiz Morales Albernaz
Leonardo Quintino
Luiz Carlos Figueira de Melo
Marcelo Santos Rosa
Marcelo Segato Moraes
Moacir Henrique Júnior
Raphael Carvahães Pina Camanzi
Ricardo Salgado Carvalho
Rogério Zuel Gomes
Vitor Costa Silva



DESAFIOS JURÍDICOS DA PANDEMIA

Apresentação de
José Luiz de Moura Faleiros

DESAFIOS JURÍDICOS DA PANDEMIA

Apoio Alexandre Walmott Borges
Hugo França Pacheco
José Faleiros Júnior
Moacir Henrique Júnior
Ricardo Padovini Pleti Ferreira

**Coordenação,
edição e revisão** Gil Ferreira de Mesquita
Jonatan de Jesus Oliveira Alves

Capa José Faleiros Júnior

Diagramação Ana Beatriz Vieira Borges
Alexandre Waimott Borges



Laboratório Americano de Estudos Constitucionais Comparados
CNPJ/MF n.º 33.097.820/0001-00
Rua John Carneiro, 377, Uberlândia - MG
CEP 38.400-070
www.laecc.org.br

Todos os direitos reservados.
Fechamento da edição: 12/2020.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios jurídicos da pandemia / Gil Ferreira de Mesquita, Jonatan de Jesus
2020 Oliveira Alves [Coordenadores]. Uberlândia: LAECC, 2020.
274 p.

Inclui bibliografia.

Obra coletiva. Vários autores.

ISBN: 978-65-88563-10-6

1. Direitos fundamentais. 2. Direitos humanos. 3. Direito processual. I. Mesquita, Gil Ferreira de. II. Alves, Jonatan de Jesus Oliveira.

CDU: 340/CDD: 341.2

Catálogo na fonte

Sumário

SOBRE OS AUTORES	IX
APRESENTAÇÃO	XVII
SUMÁRIO	XXI
1 DESAFIOS DA DEMOCRACIA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	27
<i>Alexandre Luiz Bernardi Rossi, Jessé Fialho Martins</i>	
1. Introdução.....	27
2. Análise circunstancial do perímetro teórico-fático.....	27
3. Análise circunstancial do perímetro empírico jurídico-legal.....	33
4. Considerações finais.....	37
Referências	39
2 RESTRIÇÕES À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO E REUNIÃO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: LIMITES E POSSIBILIDADES	43
<i>Ana Flávia Alves Canuto Veloso, Helen Correa Solis Neves</i>	
1. Introdução.....	43
2. Teoria dos direitos fundamentais.....	44
3. A pandemia de Covid-19 e a imposição de restrições à liberdade.....	48
3.1. A restrição às liberdades de locomoção e reunião.....	49
3.2. A restrição a cultos religiosos.....	56
4. Considerações finais.....	59
Referências	60
3 LICITAÇÃO EM TEMPO DE CRISE: INOVAÇÕES PRINCIPOLÓGICAS	63
<i>Anderson Rosa Vaz, Luiz Carlos Figueira de Melo</i>	
1. Introdução.....	63
2. Da principiologia.....	64
2.1. Princípio do planejamento	64
2.2. Princípio da segregação de funções	66
2.3. Princípio da transparência.....	67

Sumário

2.4. Princípios da eficácia e da eficiência	68
2.5. Princípio da competitividade	69
2.6. Princípio da celeridade.....	70
2.7. Princípio da segurança jurídica.....	70
2.8. Princípio da economicidade.....	71
3. Considerações finais.....	71
Referências	72

4 A CONSTRUÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE NO BRASIL: DA GRIPE ESPANHOLA À COVID-19	73
---	-----------

Antônio Augusto Bizinoto de Oliveira, Jonatan de Jesus Oliveira Alves

1. Introdução	73
2. Breves amostras sobre a história da Gripe Espanhola e o desembocar de sua letalidade no território brasileiro	76
3. Construção direito à saúde no brasil: da sua transformação em direito fundamental	82
4. O ontem e o hoje: entre Gripe Espanhola e Covid-19, breves comparações legislativas	86
5. Considerações finais	90
Referências	91

5 DA ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE DO MONITORAMENTO DA LOCALIZAÇÃO DE USUÁRIOS DE SMARTPHONES EM TEMPOS DE PANDEMIA	95
--	-----------

Gabriel Oliveira de Aguiar Borges, Raphael Carvalhães Pina Camanzi

1. Introdução.....	95
2. Como a operadora de telefonia móvel tem acesso à localização do usuário?	98
2.1. Métodos de localização	99
2.1.1. Cellid.....	99
2.1.2. TDOA (<i>time difference of arrival</i>).....	99
2.1.3. E-OTD	100
2.1.4. A-GPS.....	100
3. Quem tem acesso a esses dados?.....	101
3.1. Sistema	101
3.2. Aplicativos.....	102
3.3. Empresas.....	102
3.4. Governo	103
4. Direito à privacidade	104
5. Conclusão.....	110

Referências	110
-------------------	-----

6 ENSAIO SOBRE A DEMOCRACIA DIGITAL CATALISADA PELA PANDEMIA DA COVID-19: PARTIDOS DIGITAIS COMO SOLUÇÃO PARA O DÉFICIT DEMOCRÁTICO?	115
--	-----

Gabriel Oliveira de Aguiar Borges, Adriano Fernandes Faria

1. Introdução.....	115
2. A recente eclosão dos movimentos sociais pelo mundo	116
2.1. A Primavera Árabe	116
2.2. O movimento de 15 de maio de 2011 na Espanha	118
2.3. As jornadas de junho de 2013 no Brasil	120
3. Os partidos digitais: uma solução para o déficit democrático?.....	123
3.1. O Partido Pirata	125
3.2. O Movimento Cinco Estrelas	126
3.3. O Podemos	128
4. Conclusão	129
Referências	130

7 AUTOCOMPOSIÇÃO NO PROCESSO CIVIL: INSTRUMENTO IMPRESCINDÍVEL EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	133
---	-----

Gil Ferreira de Mesquita

1. Introdução.....	133
2. Mecanismos do CPC de 2015 para enfrentamento da emergência	136
3. A cultura da autocomposição (ou sua falta).....	138
4. Audiência de conciliação ou de mediação no CPC de 2015.....	142
5. Ampliando o alcance do art. 334.....	145
6. Considerações finais.....	148
Referências	151

8 A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR DURANTE A CRISE DOS ANOS 20	153
---	-----

Jorge Luiz Morales Albernaz

1. Introdução.....	153
2. Da natureza e da eficácia dos direitos fundamentais.....	154
3. Dos direitos do consumidor como direito fundamental e da impossibilidade de sua relativização.....	159
4. Conclusão	165

Referências 165

9 | OS INSTRUMENTOS DE FLEXIBILIZAÇÃO DA FORÇA OBRIGATORIA DOS CONTRATOS NAS LOCAÇÕES URBANAS DIANTE DA PANDEMIA DA COVID-19..... 167

Jorge Luiz Morales Albernaz, Marcelo Santos Rosa

1. Introdução..... 167

2. Obrigação enquanto *processo* e os deveres anexos à boa-fé objetiva 170

3. As técnicas voltadas à manutenção do equilíbrio contratual aplicadas aos contratos de locação de imóveis urbanos 173

3.1. A cláusula *rebus sic stantibus* e suas variantes 174

3.1.1. Da teoria da imprevisão à onerosidade excessiva e sua aplicação nos contratos locatícios 175

3.1.2. O rompimento da base objetiva do negócio jurídico a teoria da frustração do fim do contrato..... 181

3.2. Do inadimplemento fortuito das obrigações 184

3.3. Da exceção de ruína..... 187

3.4. As armas do locador 188

4. Conclusão 189

Referências 190

10 | A CRISE DOS ANOS 20 E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DO TRABALHO..... 195

Marcelo Segato Morais

1. Introdução..... 195

2. Justiça do Trabalho: considerações iniciais..... 196

3. Suspensão das atividades jurisdicionais presenciais..... 197

4. Rito processual das ações trabalhistas durante a pandemia da Covid-19..... 198

5. Audiência trabalhista..... 199

5.1. Audiência presencial 199

5.2. Audiência virtual: nova realidade..... 202

5.2.1. Argumentos contrários à realização de audiência virtual..... 203

5.2.2. Argumentos favoráveis à realização da audiência virtual 205

6. Considerações finais..... 208

Referências 208

11 | A SUSPENSÃO DA “SACOLINHA” DOS PRESOS EM TEMPOS DE COVID-19: UMA OFENSA À FINALIDADE DA PENA (RESSOCIALIZAÇÃO)..... 209

Moacir Henrique Júnior

1. Introdução.....	209
2. Das finalidades da pena no direito brasileiro.....	211
2.1. Conceito de pena	211
2.2. Teorias da pena	212
2.2.1. Teoria absoluta ou retribucionista.....	212
2.2.2. Teoria preventiva ou utilitarista	212
2.2.3. Teoria mista ou eclética	213
2.3. Finalidades da pena no Brasil.....	213
2.3.1. Primeira etapa: pena em abstrato.....	214
2.3.2. Segunda etapa: pena em concreto.....	214
2.3.3. Terceira etapa: pena em execução.....	214
3. O kit pessoal (“sacolinha”) como direito fundamental do preso.....	215
4. Da análise da disseminação da Covid-19 como fundamento para justificar a suspensão do fornecimento da “sacolinha” aos presos.....	218
5. Considerações finais.....	226
Referências	227

12 | DAS AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS E MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ORALIDADE 229*Ricardo Salgado Carvalho, Vitor Costa Silva*

1. Introdução.....	229
2. Da introdução das audiências telepresenciais no contexto da pandemia pela covid-19	230
3. Do princípio da oralidade no processo brasileiro.....	232
4. Do comportamento das partes como prova atípica	234
5. Do poder simbólico.....	236
6. Conclusão.....	238
Referências	239

13 | BOA-FÉ OBJETIVA E PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE DO DEVER DE RENEGOCIAR A PARTIR DA TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO DE JÜRGEN HABERMAS..... 241*Rogério Zuel Gomes, Leonardo Quintino*

1. Introdução.....	241
2. Boa-fé objetiva no direito privado brasileiro e a transição para um novo paradigma hermenêutico	243
3. A fecundidade da teoria do agir comunicativo para a aplicação da boa-fé objetiva	248
4. O agir comunicativo e o dever de renegociar imposto pela boa-fé objetiva em contextos	

Sumário

de crise	254
5. Conclusão	266
Referências	269